COMBUSTÍVEIS

Corte de tributos vai ao Congresso

Bolsonaro diz que pretende zerar imposto sobre o diesel sem compensar perda

» INGRID SOARES

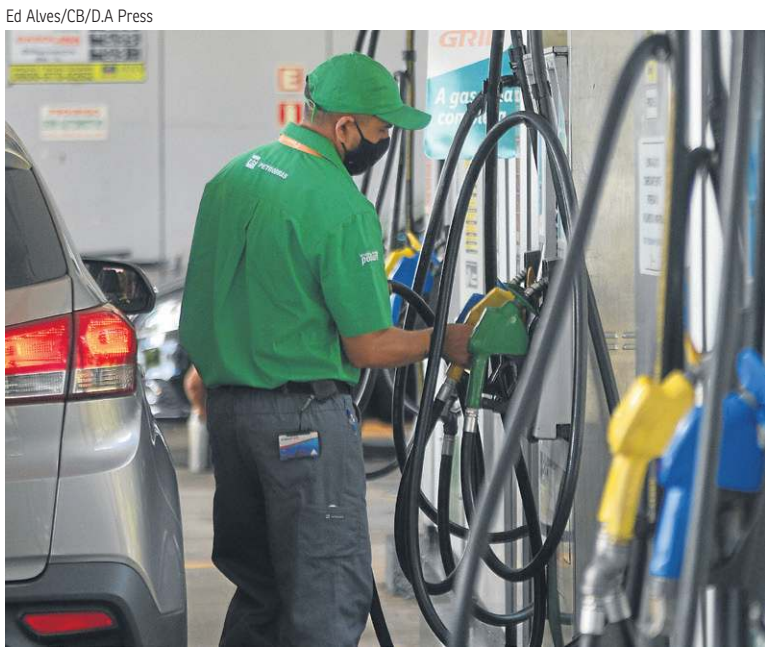
O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou ontem que o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis será entregue na próxima semana ao Legislativo. "Nós vamos entrar com uma PEC na semana que vem pedindo ao Congresso que me dê autorização para zerar o imposto do diesel sem fonte compensadora", declarou, após visita à Catedral Metropolitana de Brasília.

O chefe do Executivo afirmou que a proposta deve ser entregue por Alexandre Silveira (PSD-MG), suplente do senador Antonio Anastasia (PSD-MG), que assumirá o mandato em fevereiro, assim como o cargo de líder do governo no Senado.

Em live no último dia 20, Bolsonaro anunciou que negociava com o Congresso a PEC para a redução do PIS/Cofins dos combustíveis. "É uma possibilidade de se conseguir isso aí para dar um alívio. Se bem que, deixo claro, a questão da inflação está acontecendo no mundo todo", completou.

Especialistas afirmam que a PEC pode aumentar o rombo das contas públicas. E que não impedirá novas altas nos preços dos combustíveis, caso o preço do barril de petróleo suba dos atuais US$ 87 para US$ 100, diante da crise entre Rússia e Ucrânia.

Ed Alves/CB/D.A Press



Economistas temem impacto fiscal da medida

A PEC dos Combustíveis prevê redução temporária dos impostos sobre gasolina, diesel e até sobre a energia elétrica. Com a medida, o presidente espera reverter o elevado índice de rejeição que têm nas pesquisas eleitorais.

O impacto fiscal nas despesas do governo federal pode ficar em torno de R$ 70 bilhões, se os impostos federais forem zerados com o projeto. No caso dos estados, se houver redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o impacto poderia chegar a cerca de R$ 200 bilhões.

Na última quinta-feira, Bolsonaro determinou aos ministros que avaliam a PEC que seja retirado do projeto a criação de um fundo de estabilização dos combustíveis. A orientação foi da área econômica, que considera a medida ineficaz.

O preço do litro da gasolina atingiu, pela primeira vez, R$ 8 em Angra dos Reis (R$ 8,029), Rio de Janeiro, na semana de 23 a 29 de janeiro, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em média, o preço da gasolina no país ficou em R$ 6,658 o litro, registrando estabilidade em relação à semana anterior.

O preço do litro de diesel também ficou estável no mesmo período, com o valor mais alto, de R$ 6,905, encontrado em Pindamonhangaba (SP).

O último aumento da gasolina e o diesel pela Petrobras foi realizado em 12 de janeiro, mas o mercado aguarda um novo reajuste a qualquer momento, depois que o petróleo disparou no mercado internacional.

» Pouco recurso para salários

Os recursos do governo para conceder reajuste salarial aos servidores "são poucos", disse o presidente Jair Bolsonaro, ao comentar as reivindicações do funcionalismo, sem adiantar que decisão tomará. "Tem um montante reservado (no Orçamento), que, por enquanto, está congelado. Se pudermos colaborar com uma categoria ou outra, devemos fazê-lo. Eu posso dar 1% para todos ou reconhecer o valor de poucas categorias agora. Mas não temos recursos para todo mundo", concluiu.



Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Receita para vencer

A movimentação dos candidatos com chances de cativar a atenção dos eleitores ainda está obscura quanto à visão imaginada para repor o país no caminho do desenvolvimento trilhado de 1950 a 1980. Sem tal visão e consenso mínimo quanto a ela, a tendência é de que diminuam as oportunidades de expansão produtiva a um ponto em que até o sucesso reconhecido do agronegócio não estará garantido a médio prazo.

As sequelas estão visíveis nas tendas das famílias desalojadas de suas moradias vivendo próximas às áreas nobres das grandes cidades, como as avenidas Faria Lima e Paulista em São Paulo, e nos mapas da população em idade de trabalhar do IBGE. Governantes e economistas destacam as taxas de desemprego — 11,6% no trimestre encerrado em novembro, contra 13,1% na medição até agosto.

Às vezes põem foco na qualidade do emprego gerado, crescentemente informal e com remuneração insuficiente frente ao valor da cesta básica, da ordem de R$ 690, pela apuração do Dieese. Nem sequer o salário mínimo de R$ 1.212 dá conta dos gastos de uma família de quatro pessoas, além de garantido apenas ao trabalhador registrado.

Frequentemente ignorado por ignorância ou má fé, contudo, é que a população em idade de trabalhar totaliza 160 milhões de pessoas, o que significa que 65 milhões estão permanentemente fora da força de trabalho, atualmente de 95 milhões, entre empregados, dos quais a maioria precarizada, empregadores e funcionários públicos.

Tal é a razão de ser impossível aos governantes da vez cancelarem despesas com programas sociais, especialmente os de transferência de renda como o Bolsa Família repaginado de Auxílio Brasil para dar a Bolsonaro alguma expectativa eleitoral junto à maioria de pobres, com o valor mensal de R$ 400 assegurado só até dezembro. É este o tipo de gasto público que mais cresce ao longo dos anos, dada a incapacidade de a economia gerar empregos suficientes e decentes.

Resultado: já passa de 90 milhões a população total dependente de renda paga por um dos três níveis da Federação, entre aposentados, cadastrados do Auxílio Brasil, servidores civis e militares etc.

E seguirá crescendo enquanto a ótica fiscal sufocar o planejamento do Estado, confiando que o capital privado seja, por si, capaz de empinar o desenvolvimento, essa visão tosca dos liberais de vitrine que dominam a formulação da macroeconomia nos últimos 40 anos.

Mais criação e inovação

O desenvolvimento aflora no mundo onde não há antagonismo entre os interesses privados e públicos. Ambos são solidários. Varia somente a intensidade e qualidade da convergência. Onde esse pacto em geral informal, contemplando o dinamismo privado e o bem-estar coletivo, foi esgarçado, assiste-se a uma rebelião social — a polarização de que tantos falam nos EUA. Partes da Europa vivem a mesma agitação.

Estamos próximos a esta situação? Depende do bem-estar de cada um, e da cegueira dos mais bem situados, aqueles que não se avexam de manifestar apoio às cretinices e desumanidades do atual governo. O fato é que as evidências demográficas e sociais espantam tanto pela sua existência secular, quanto pela tolerância da maioria ignorada.

E voltamos assim à perplexidade dos poucos candidatos preocupados em pensar o Brasil como a potência econômica inclusiva que tem tudo para ser, não o fazendão e a mina a céu aberto em que se tornou.

Não lhes está fácil, conforme reflexão do sociólogo José de Souza Martins, professor emérito da faculdade de Filosofia da USP, "criar e inovar em face do imprevisto". Isso, diz, é o que o "verdadeiro político, como o verdadeiro empresário", sabe fazer. Estão fazendo?

Removendo os estorvos

O presidente desconhece o seu papel na República, razão pela qual recorre a "recursos de escamoteamento", diz Martins, para ocultar as suas limitações. Os demais se dividem em dois grupos. Num estão, basicamente, Lula e Ciro Gomes, ambos voltados a estudar as causas da decadência econômica do país. Os demais representam os setores para os quais o Estado é vilão, burocratas e políticos são do mal e o mercado seria onisciente. Alguns que exaltam suas virtudes sabem que não é bem assim, tanto que se aplicam em capturar as agências sensíveis do Estado e a elas recorrem quando lhes convém.

Então, o que fazer? Já tratamos disso neste espaço. Em síntese: um conjunto de ações para desobstruir os estorvos do desenvolvimento, restabelecer a integridade das instituições e reacender a esperança da sociedade, visando dinamizar a economia, agilizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos e promover o crescimento econômico movido a investimento e inovação, além do bem-estar social através do uso massivo e inclusivo de mudanças estruturais conectadas aos avanços tecnológicos. Tecnologia é a chave da transformação.

O fim do gradualismo

Não há como ignorar as mudanças no mundo, elas provocam disrupções seriadas e condenam os retardatários, entre outros males, a tempos de turbulências sociais, acanhamento geoeconômico e dificuldade de superação quanto maior o atraso em relação às megatendências em evolução acelerada (energias limpas, banco sem agências, dinheiro digital, telemedicina, carro elétrico, proteínas vegetais etc.).

Não há também espaço para soluções gradualistas para endereçar o que já devia estar resolvido, como o conflito em torno da partilha fiscal, a disfuncionalidade da governança pública, as desigualdades sociais e regionais, o sentimento de desesperança entre os jovens e os pobres, o abatimento da sanha empreendedora e a falta de coesão em torno do propósito comum de enriquecimento nacional e pessoal.

Foi-se o tempo em que bastavam ações tópicas que tudo se arrumava. O conflito entre ideias políticas ultrapassadas, com manifestações retrógradas em áreas do comportamento e da cultura, tira foco sobre o que é necessário fazer, enquanto as oportunidades batem à porta e o país vai ficando para trás na corrida do progresso. Não se trata de opções, mas de definições mandatórias nesta altura da evolução.

Em suma, é preciso dotar o governo, o parlamento, as empresas, as relações sociais de inteligência digital para liberar as forças da transformação, alavancar a educação, harmonizar as políticas fiscal e monetária, com arrecadação tributária em tempo real, consolidar os cadastros sociais, simplificar a burocracia. Faça-se isso que o resto tem jeito.